



A MEMÓRIA E O ESTUDO DA HISTÓRIA NA FORMAÇÃO HUMANA

MEMORY AND THE HISTORY STUDY IN THE FORMATION OF HUMAN BEINGS

LA MEMORIA Y EL ESTUDIO DE LA HISTORIA EN LA FORMACIÓN HUMANA

BONETTI, Carolina Peixoto Gontijo de Oliveira
carolina_p_gontijo@hotmail.com
UEM – Universidade Estadual de Maringá
<http://orcid.org/0000-0002-3812-4039>

PERIN, Conceição Solange Bution
solperin01@gmail.com
UEM – Universidade Estadual de Maringá
<http://orcid.org/0000-0002-4033-270X>

RESUMO O estudo analisa a proposta pedagógica de Hugo de São Vítor (1096-1141) na obra *Didascalicon de Studio Legendi* (2001 [1127]). O objetivo principal é compartilhar as observações do autor sobre a relevância da memória e da História na formação humana, elementos que nos auxiliaram em uma reflexão sobre o trabalho e a formação do professor contemporâneo. A análise faz uso da metodologia de estudo da História Social para compreender que a leitura é um dos métodos fundamentais de estudo e de ensino, e que, amparada pela memória, reduz o embrutecimento que a falta do conhecimento gera. Os resultados obtidos nos levam a entender que os docentes precisam, além de aprimorar suas metodologias, agir com conhecimento, haja vista que o comportamento prudente e sábio é um recurso didático importante a ser utilizado.

Palavras-chave: Educação. Hugo de São Vítor. Leitura. Memória.

ABSTRACT This study analyzes the pedagogical proposal of Hugo of St. Victor (1096-1141) in the book *Didascalicon de Studio Legendi* (2001 [1127]). Its main goal is to discuss the author's observations about the relevance of memory and history in the formation of human beings, elements that helped us in a reflection about the work and training of the contemporary teacher. The analysis makes use of the Social History study methodology to comprehend that reading is one of the main study and teaching methods and that, supported by memory, it reduces the coarsening that the lack of knowledge generates. The results achieved lead us to understand that teachers need, besides improving their methodologies, to act with knowledge, since the prudent and wise behavior of the teacher is an important didactic resource to be used.

Keywords: Education. Hugo de São Vítor. Reading. Memory.

RESUMEN El estudio analiza la propuesta pedagógica de Hugo de San Víctor (1096-1141) en la obra *Didascalicon de Studio Legendi* (2001 [1127]). El objetivo principal es compartir las observaciones del autor sobre la relevancia de la memoria y de la



historia en la formación humana, elementos que nos ayudan en una reflexión sobre el trabajo y la formación del profesor contemporáneo. El análisis utiliza la metodología de estudio de la Historia Social para comprender que la lectura es uno de los principales métodos de estudio y de enseñanza y que, apoyada por la memoria, reduce el embrutecimiento que la falta de conocimiento genera. Los resultados obtenidos nos llevan a entender que los docentes necesitan, además de perfeccionar sus metodologías, actuar con conocimiento, considerando que, el comportamiento prudente y sabio del docente es un recurso didáctico importante a ser utilizado.

Palabras-clave: Educación. Hugo de San Víctor. Lectura. Memoria.

1 INTRODUÇÃO

Ainda há tempo e espaço para discutirmos a relevância da educação para nossa sociedade. Um importante representante da pesquisa em educação no Brasil, Paulo Freire (1996, p. 126), legou-nos seu ponto de vista a respeito da intrínseca relação entre o ensino e a humanização do homem ao afirmar “[...] me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente”. Entendemos que, para esse movimento freiriano, os professores têm papel social de extrema necessidade para suas comunidades, mas que necessitam de amparo intelectual, material e social para cumprirem suas funções com maestria.

Pensando em amparo para os docentes, vários aspectos nos vêm à mente. Como exemplos, estão a formação inicial, a continuada e a capacitação previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no parágrafo 1º do Art. 62, como responsabilidade compartilhada por todos os entes federativos. Outro suporte a permitir, teoricamente, que o primeiro seja colocado em prática é a existência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)¹.

Duas conquistas foram expostas no parágrafo anterior: o texto da LDB e a existência de um fundo com recursos direcionados à educação. Ambas completaram

¹ “O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Último acesso em: 02 mar. 2025.



mais de vinte anos de existência, o que nos levanta à seguinte questão: ao longo dos anos essas conquistas favoreceram o desempenho do papel docente? Ao observarmos os resultados da última edição do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF)², percebemos que os avanços foram poucos. As pesquisas desse indicador acontecem há cerca de duas décadas e mostram que, no Brasil, a quantidade de analfabetos plenos reduziu de 12% (na primeira edição, de 2001-2002) para 4% em 2015, o que pode estar relacionado às políticas de financiamento da educação e de valorização dos profissionais que a ela se dedicam.

O Indicador de Alfabetismo Funcional utiliza cinco classificações de alfabetismo em sua pesquisa, sendo “Analfabeto” o nível menor e “Proficiente” o maior. Com essa habilidade adquirida, entende-se que o sujeito

Elabora textos de maior complexidade (mensagem, descrição, exposição ou argumentação) com base em elementos de um contexto dado e opina sobre o posicionamento ou estilo do autor do texto. Interpreta tabelas e gráficos envolvendo mais de duas variáveis, compreendendo elementos que caracterizam certos modos de representação de informação quantitativa (escolha do intervalo, escala, sistema de medidas ou padrões de comparação) reconhecendo efeitos de sentido (ênfases, distorções, tendências, projeções). Resolve situações-problema relativos a tarefas de contextos diversos, que envolvem diversas etapas de planejamento, controle e elaboração, que exigem retomada de resultados parciais e o uso de inferências (Instituto Paulo Montenegro, 2018, p. 21).

O que nos chama à atenção são os resultados divulgados em 2018, os quais mostram que, desde a primeira edição, o nível de Alfabetização Proficiente não ultrapassou a marca de 12% dos participantes, e, inclusive, apresentou redução na edição de 2015. Entendemos, assim, frente a esses indicadores, a necessidade de se discutir a respeito desse assunto e relacionar tal resultado com as políticas e as legislações da educação no Brasil. Como pesquisadores da educação, somos governados por aqueles que nós mesmos formamos, por isso, precisamos conversar sobre o nosso papel em tal cenário. Em que temos errado enquanto professores, pesquisadores e, com as palavras de Freire (1996, p. 126), “[...] como gente”?

² Pesquisa por amostragem, responsabilidade do Instituto Paulo Montenegro e da ONG Ação Educativa, realizada com o apoio do IBOPE Inteligência (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) e coordenada pela Conhecimento Social. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br>. Último acesso em 02 mar. 2025.



Com dois questionamentos que buscam mais estimular uma reflexão do que tirar de você, leitor, uma resposta, introduzimos nosso objetivo neste trabalho: compartilhar elementos do método de estudo de Hugo de São Vítor (1096-1141) que podem colaborar com reflexões sobre o trabalho do professor. Isso porque, como no tempo presente, os estudiosos medievais também se preocupavam com a formação de seus contemporâneos. Desse modo, quando observamos a História, fazemos uso da nossa memória coletiva e percebemos o cuidado que diversos intelectuais tiveram em registrar suas contribuições sobre como ensinar.

Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), Hugo de São Vítor, Pedro Abelardo (1079-1142), Jan Amos Comenius (1592-1670), Célestin Freinet (1896-1966) e Paulo Freire (1921-1997) são alguns, dentre tantos, que se preocuparam com a formação do ser humano, cada um embebido das necessidades que perceberam de seu período, e perpetuaram discussões sobre a hercúlea tarefa de ensinar (ainda que não em ambientes escolares como os de hoje).

Hugo de São Vítor (1096-1141) foi um monge cristão que seguiu as regras de Santo Agostinho na escola da Abadia de São Vítor, em Paris, França. Ele se dedicou a preparar seus discípulos para uma vida virtuosa utilizando um método de ensino baseado na leitura, propondo-lhes uma jornada que os levaria para além do aprendizado teórico. Seus ensinamentos pedagógicos estão disponíveis na obra *Didascálicon de Studio Legendi* (2001 [1127]), fonte principal deste trabalho. A relevância da proposta hugoniana encontra-se no fato de que, em seu período, era incomum o uso da escrita para o ensino. Assim, transcendendo o trabalho da recopilação de conteúdos, o monge elaborou um manual com suas observações didáticas (Illich, 2002).

Para compreendermos, nos textos de São Vítor, o projeto educativo almejado, necessário, faz-se necessário observarmos as nuances da natureza humana. Entendemos, assim, por meio da perspectiva de Longa Duração da História, que são as sutilezas do nosso comportamento que nos afeiçoam, desde os tempos mais antigos, e permitem que estudemos sobre a formação do homem (Bloch, 2002). Para isso, seguimos o caminho da concepção da História Social como metodologia de pesquisa para a revisão bibliográfica. Os autores que contribuíram conosco são Marc Bloch (1886;1944), Fernand Braudel (1902;1985) e Jacques Le Goff (1924;2014).



Braudel (1978) entende que perceber a História em um ritmo de Longa Duração nos ajuda a notar as permanências, ou seja, os traços culturais estáveis que caracterizam várias gerações em uma mesma região. Examinar os fatos, os hábitos e os anseios registrados em nossas fontes, compreendendo que a natureza humana possui características contínuas, colabora, portanto, com o desenvolvimento da hipótese de que a memória, favorecida pela leitura, pode servir de amparo à formação docente.

Reconhecer-se como ser histórico e que modifica o meio no qual está inserido é essencial para a formação de qualquer cidadão. O fazer docente, nesse meio, requer, além do amparo econômico e estrutural, o apoio da História. Compreender qual o seu local de atuação social, entender-se como ator, e como, emprestando de Paulo Freire (1996, p. 22) os termos “[...] ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos [...]” da história da educação brasileira, somente é possível com o conhecimento histórico. Apoiados em Le Goff (1990), entendemos a memória — perpetuada por meio do estudo — como um instrumento de identidade coletiva e a ela recorreremos como um instrumento essencial na formação do professor.

Nos próximos parágrafos, abordamos como a memória histórica pode contribuir com o desenvolvimento humano. Para isso, situamos a leitura como instrumento de acesso à História, bem como as condições para que o ato de ler seja amparo à formação de professores. Os resultados da pesquisa encontram-se na última parte deste trabalho.

2 ESTUDO DA HISTÓRIA COMO PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA DOCENTE

A História é a ciência que observa as mudanças, tendo o homem como seu objeto, que está sempre em movimento (Le Goff, 1990). Com essa ciência, reavemos a memória de nossa sociedade e (re)conhecemos as mudanças preteridas, o comportamento dos que nos antecederam e o que deles existe em nós. Estarmos



cientes de que essas informações são recursos a serem utilizados para o bem comum³ é, ao nosso ver, uma decisão que implica responsabilidade social.

Embora erros e os acertos do passado, é no presente que tomamos nossas decisões, consequentemente, escrevemos a História. Ao retomarmos a citação de Freire (1996, p. 126), “[...] me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente [...]”, ao pensarmos a respeito da educação, percebemos que recai sobre o professor uma carga dobrada de responsabilização. Ser humano e atuar como formador de humanos é, assim, uma tarefa que, por sua tamanha complexidade, nos leva a refletir sobre a qualidade da formação dessa pessoa. Cientes dessa condição, a metodologia apresentada por Hugo de São Vítor em *Didascálicon de Studio Legendi* (2001 [1127]) chamou-nos a atenção no que tange à formação prática dos estudantes. Esse autor sugeriu que o preparo hierárquico do ensino/estudo deveria fundamentar-se na História para se consolidar na mente do estudante e, consequentemente, o conhecimento reverberar em suas atitudes.

A História nos mostra que muitos caminhos foram percorridos por aqueles que nos antecederam. Desconhecê-los ou ignorá-los — consequência do não estudo da História — tende a agravar a situação em que a educação se encontra. Para Le Goff,

[...] num nível metafórico, mas significativo, a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva (Le Goff, 1990, p. 425).

Considerando a memória um instrumento de identidade coletiva, vislumbramos a leitura como um promissor mecanismo de conscientização social. Se não entendermos de onde viemos, como saberemos ao certo onde (e por quê) estamos? Ao longo da história, e com nossas inquietudes, produzimos nossas necessidades e tentamos saná-las. Isso é atemporal (Perin; Santiago, 2016). Nossa capacidade de modificarmos o meio em que vivemos e de criarmos estratégias para solucionarmos

³ Utilizamos a concepção de “bem comum” com base em Oliveira (2012, p. 57), no entendimento de que cada grupo busca direitos que beneficiam seus próprios integrantes. Assim, o termo “comum” não se refere a todas as comunidades, e a expressão “bem” pode não significar benefício para todas as pessoas. Utilizando fatos históricos, a autora chega à conclusão de que a compreensão do “bem comum” se altera conforme as transformações sociais e se adapta a cada “Grupo Específico”.



nossas questões ocasionam mudanças no que diz respeito aos hábitos, aos comportamentos e aos contratos sociais exercidos e firmados nesse meio.

No período de São Vítor, o renascimento das cidades e das novas técnicas de trabalho, por exemplo, levaram a urbanidade para as relações sociais. Embora esses hábitos medievais ainda reverberem e influenciem nosso cotidiano, o que realmente permaneceu intacto foram os traços da natureza humana. Vejamos isso sob a ótica de Bloch

Aprendemos que o homem também mudou muito: em seu espírito e, sem dúvida, até nos mais delicados mecanismos de seu corpo. Como poderia ser de outro modo? Sua alimentação, não menos. É preciso, claro, no entanto, que exista, na natureza humana e nas sociedades humanas, um fundo permanente, sem o que os próprios nomes de homem e de sociedade nada iriam querer dizer (Bloch, 2002, p. 65).

Há, conforme se observa, comportamentos e condições com os quais nos identificamos como seres da mesma espécie, *homo sapiens*, o que foi chamado por Bloch (2002) de fundo permanente. Trata-se daquilo que é inerente ao homem, não importando o seu momento histórico, nem sua condição social. É algo que carregamos em nossas características, mas, também, na perpetuação de conhecimentos.

Lembrar, diferente de memorizar, é uma das características que Aristóteles (1966) atribuiu como especial do ser humano. A mente acessa, em sua memória, aquilo que ouviu, viu ou experimentou, e essas são informações necessárias para as habilidades de inferência e de dedução. Hugo de São Vítor (2001 [1127]), ao discorrer sobre as “três potências da alma”, identificou a habilidade de inferência como característica que torna o ser humano capaz de recordar e de tomar decisões por si próprio — sem depender apenas do instinto, como no caso dos outros animais (Hugo de São Vitor, 2001 [1127], p. 57)⁴. Isso porque, nas outras espécies, “[...] ocorre apenas uma associação necessária proveniente do instinto, sem que haja deliberação, ou mesmo um conhecimento intelectual” (Faintanin; Veiga, 2016, p. 25).

⁴ Hugo de São Vitor, *Didascálicon*... L. I, C. 3, § 5º. As citações inseridas neste artigo serão referenciadas no corpo do texto conforme as normas da Abnt. Entretanto, nos excertos de textos antigos e medievais, adotamos o sistema de referência baseado nas divisões canônicas dessas obras, um método consolidado que permite a padronização das referências e facilita a consulta em diferentes edições (Hammes, 2019). Serão indicados os seguintes elementos: autor, título da obra, livro, capítulo e parágrafo (quando aplicável), conforme o modelo: (Autor, Obra, L. c. §).



Diferente dos demais seres, o ser humano transforma-se e transforma seu meio baseado em experiências anteriores (suas ou de seus pares). Desse modo, no processo de busca e de análise de memórias, a lembrança eclode e, com interpretações e comparações, o ser humano formula práticas baseadas nas anteriores. Ao interessar-se em compreender o intelecto humano, Aristóteles (*De la Memoria y el Recuerdo*) considerou a memória e a recordação como partes da faculdade sensitiva primária com as quais a percepção do passar do tempo é possível.

A recordação, cabe dizer, é uma das faculdades sensoriais primárias do ser humano e, para acessá-la, é necessário que o sujeito esteja consciente. O potencial formativo que São Vítor percebeu no homem estava relacionado a essas capacidades intelectivas da alma, as quais promoveriam, no estudante, ações para além dos conhecimentos terrenos. Ainda, no seu entender, a união dessas habilidades deveria estar a serviço da virtude, pois, assim, ela auxiliaria o estudante no alcance da *Sapientia*.

Alcançar a *Sapientia* seria o meio para corrigir os desvios da humanidade e estaria relacionada à busca pela amizade com Deus, recomendada na proposta formativa de *Didascálicon*. As estruturas que dão condições para o homem alcançar a sapiência são características pertencentes aos homens de qualquer período. Entretanto, empregar essas habilidades em ações que visem o bem comum deve ser uma decisão pessoal e intencional. A memória e a recordação configuram-se como características especiais do ser humano, desse modo, tal singularidade tem potencial para conduzi-lo a ações conscientes, com o uso/exercício da razão. Isto é, empregadas como princípio metodológico, memória e recordação promoveriam, conforme entendeu-se em *Didascálicon*, comportamentos mais prudentes, forjados pelo intelecto.

Cabe destacar que a História é tão importante para esclarecermos os fatos passados quanto para entendermos o presente e, por isso, é preciso bom ânimo, pois “[...] a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado [...]” (Bloch, 2002, p. 64). Tentar responder às questões atuais sem uma análise do passado é ineficaz, porque sem o conhecimento de um, o outro não pode ser validado. Esse pensar tem como premissa a ideia de que há comportamentos humanos queperduram, independentemente do período de vivência dos sujeitos. Esses



comportamentos são parte do objeto de nossas pesquisas, mas só podem ser identificados com o amparo dos conhecimentos que possuímos a respeito do hoje. Isso nos leva à necessidade e à relevância de questionarmos nossas fontes históricas adequadamente.

No campo da educação contemporânea, encontramos o que Frigotto (1996) chama, em seus textos, de atuação docente esvaziada, que, por si só, gera problemas na formação dos sujeitos do século XXI, como em um efeito dominó. O autor atribuiu esse fato à formação fragmentada dos cursos de licenciatura, nos quais, geralmente, a teoria e a prática são dispostas como retas paralelas. Afirma, ainda, que esse padrão carrega em si a ideia “[...] de que o educador se educa na prática e que, portanto, a formação teórica seria algo secundário ou algo reservado a uns poucos intelectuais que se dedicam à pesquisa” (Frigotto, 1996, p. 77).

Concordamos com a crítica explicitada, haja vista que o educador, cuja formação não se consolida pela unidade formada entre teoria e prática, tende a exercer suas atividades fundamentando-se no espontaneísmo, consequentemente, oferecendo uma educação esfacelada que perpetua esse modelo de formação. Com Frigotto (1996), entendemos que o ensino consolidado na teoria exige um esforço maior daqueles que o fazem e, principalmente, por parte dos que aprendem esse ofício. Nesse sentido, é consenso entre os pesquisadores da temática educacional que “[...] a perda da perspectiva teórica e epistemológica tende a reduzir a formação e a prática do educador a uma dimensão puramente técnica ou didática” (Frigotto, 1996, p. 77), mas essa não é a única crítica existente.

Assim como Frigotto (1996), diversos pesquisadores entendem que o conhecimento está sendo vendido como mercadoria e que a docência tem perdido seu significado humanizador. Paro (2001, p. 30), por exemplo, ressalta que o “[...] alheamento dos educadores escolares se deve a [...] inadequada formação, bem como as precárias condições em que exercem seu ofício, as quais não lhes proporcionam oportunidades mais sistemáticas de reflexão”.

Com base nas colocações dos autores citados, entrevemos alguns dos sinais de um longo ciclo de desvalorização da memória e da história de nossa profissão e, principalmente, de nossa sociedade. Sinais estes que se configuram como



consequências de uma causa com raízes profundas: a falta de prudência no aprender para ensinar.

Ponderamos, dessa forma, que a tarefa de ensinar deve considerar a prudência, a qual pode ser adquirida nos momentos de estudo e de reflexão. Nessa perspectiva, São Tomás de Aquino (2016) apontou a memória (o conhecimento do passado) como uma das condições para a tomada de decisões prudentes, ou seja,

Ora, convém à prudência que o prudente se conduza por ela nas coisas iminentes a serem realizadas por ele, mediante a consideração não só das coisas do presente, mas também das coisas do passado. Por isso, Cícero, em sua Retórica, pôs como partes da prudência, não só a providência, pela qual dispõe as coisas futuras, mas, também, a inteligência para que se considerem as coisas presentes, e a memória para que se apreendam as coisas passadas (São Tomás de Aquino, 2016, p. 34).

O cônego elencou, conforme se observa, três atributos necessários ao prudente: a precaução para o que está por vir; a inteligência para perceber os fatos presentes e, acima de tudo, a memória como meio de fixar as coisas passadas. Entende-se, assim, que relembrar uma informação oculta em nossa memória demanda interesse e esforço, pois, no rememorar, utilizamos associações, relacionamos acontecimentos e datas, entre outras estratégias que nos favorecem nessa tarefa. Desse modo, quando nos propomos a recuperar a memória coletiva, a dificuldade do estudo se multiplica, ao mesmo tempo que se aprofundam as raízes do conhecimento, o que, por sua vez, dá sustentação à prática docente.

Em seus estudos, Oliveira (2009) aponta a História como meio de tornar os homens prudentes, de despertar suas virtudes, considerando-se que “[...] o homem prudente é aquele que, conhecendo a experiência alheia, aprende a prevenir-se observando o perigo que outros já correram” (Oliveira, 2009, p. 684). Amparados na autoridade e no conhecimento de autores do passado, como Hugo de São Vitor, apontamos, então, a prudência como uma das virtudes que, segundo o próprio mestre Vitorino, nos possibilita desenvolver outras virtudes.

Dentre as virtudes destacadas em *Didascálicon*, encontramos a humildade. Para Hugo de São Vítor, reconhecer, humildemente, que não se sabe tudo é caminho para se aprender mais, porque “[...] não há ninguém ao qual foi dado de conhecer tudo, nem ninguém, por outro lado, ao qual não aconteceu de ter recebido da natureza



algo especial” (Hugo de São Vítor, 2001 [1127], p.157)⁵. Compreendemos, assim, que todos têm alguma habilidade especial que favorece o aprendizado, o que não corresponde, necessariamente, a um sinal de que não há mais o que aprender ou que não se tenha habilidades a desenvolver.

Nas afirmativas de São Vítor identifica-se que o estudante humilde é prudente por considerar que todos podem contribuir com seu aprendizado. Desse modo, o bom estudante

[...] pede indiferentemente de todos aquilo que vê estar-lhe faltando, nem leva em conta quanto sabe, mas quanto ignora. Daqui se origina o dito platônico: “Prefiro aprender modestamente as coisas dos outros a ostentar descaradamente as minhas” (Hugo de São Vítor, 2001 [1127], p. 157)⁶.

Ao ser humilde em admitir o que desconhece, conforme o pensamento hugoniano, o sujeito inicia o seu caminho em busca de mais conhecimentos, e, com o uso da reminiscência, pode aproximar-se de um comportamento prudente. Desse modo, o ser humano, por recordar e raciocinar, é capaz de adquirir experiência por meio de suas lembranças.

Quadros (2016), ao refletir sobre o pensamento de Santo Agostinho a respeito da memória, entende que esta participa da formação do eu. Nesse sentido, para além da formação individual, a História colabora com a formação coletiva, pois é nessa memória que se constitui “[...] a identidade e a individuação de determinada cultura, de determinado modo de ser” (Quadros, 2016, p. 49).

Em análise, entende-se que em *Didascálicon* evidenciou-se a necessidade do autoconhecimento proporcionado pela leitura. Ao reconhecer a leitura como essencial para a formação humana, Hugo de São Vítor a comparou a uma parteira que auxiliaria na parição dos conhecimentos (Illich, 2002). Considerando-se o tempo em que foi escrito o *Didascálicon*, os saberes estavam especialmente ligados ao mundo espiritual e agregariam sentido para o viver do cristão. A lucidez histórica, cabe dizer, pode ser considerada como precaução para qualquer sociedade e em qualquer época. Assim, compreendemos a leitura como recurso de perpetuação das memórias históricas,

⁵ Hugo de São Vítor, *Didascálicon*... L. III, C. 13, § 4º.

⁶ Hugo de São Vítor, *Didascálicon*... L. III, C. 13, § 5º.



portanto necessário à formação docente e meio para a correção da falta de prudência no aprender para ensinar — se assim o sujeito quiser.

No presente, talvez as problemáticas na educação brasileira passem despercebidas aos olhos de alguns, o que evidencia riscos à formação humana em sua totalidade. Isso porque, a ausência da memória histórica na formação docente pode dificultar o exercício reflexivo do professor. Emergente é, desse modo, que o profissional seja preparado para tomar decisões conscientes e coerentes com seu papel social. Nesse conjunto, ao conhecermos os métodos de estudo e de ensino que São Vítor elaborou para seus alunos, conseguimos percebê-los como um meio de resguardar a memória do que se aprendeu, tornando-se instrumento didático em qualquer época.

No campo educacional, a memória como recurso didático ultrapassa a formação escolar, ou seja, ela diz respeito à formação de cidadãos. Isso porque acreditamos que o ato de ler, compreendido como exercício intelectual (e não a mera decodificação de símbolos), é, também, um caminho para exercitar a reminiscência. Conhecer, relembrar e refletir sobre a história de nossa sociedade pode ser uma rota até a compreensão do nosso papel nas relações sociais vigentes e, principalmente, da nossa função social nos ambientes de ensino. A leitura atua, assim, como propulsora dessa habilidade humana, como vemos na próxima seção.

3 A LEITURA COMO PROPULSORA DA REMINISCÊNCIA HISTÓRICA

O modo adequado de ler é um tema amplamente discutido em *Didascálicon de Studio Legendi* (2001 [1127]), obra cujo título refere-se à leitura. Alguns pesquisadores, como Marchionni (2001, p. 14), consideram que este foi “[...] o primeiro livro pedagógico direcionado diretamente aos alunos”. As instruções dadas foram consideradas um método para estudar, aprender e ensinar. Para São Vítor, a leitura e a memória estavam unidas quando o assunto era o estudo, e elas obtiveram destaque, não por terem potencial para o armazenamento de informações, mas sim por, juntas, terem potencial para auxiliar o ser humano nas suas atividades sociais.

Lembrar-se de alguma experiência passada, ou de algo que leu e aprendeu, e amparar nisso as suas decisões, é uma habilidade especial do ser humano. O



caminho para uma vida virtuosa encontrar-se-ia, desse modo, no uso adequado das capacidades da alma humana, o que anteriormente comentamos ter sido denominado por São Vítor de terceira potência da alma (onde residem razão e inteligência). Para tanto, seria necessário o uso da vontade deliberada, já que a capacidade de decidir pelo bem comum não pressupõe que o homem escolherá o bem.

Pressupostas as capacidades intelectivas de antecipar e de prevenir acontecimentos futuros não desejados, Hugo de São Vítor acreditou que a formação, quando bem consolidada, refletiria nas ações dos estudantes. Os bons conhecimentos, advindos das artes do *trivium* (retórica, lógica e gramática) e do *quadrivium* (música, aritmética, geometria e astronomia), auxiliariam os discípulos a alcançarem o comportamento prudente. Somada aos conhecimentos estaria a fé, já que o método se trata de um manual direcionado a estudantes da escola da Abadia de São Vítor, e essa virtude foi sugerida como meio de fortalecimento e de proteção da mente (Hugo de São Vítor, 2001 [1127]).

A formação idealizada pelo cônego seria, portanto, um meio “[...] para dissipar a ação e a vontade contrárias ao bem comum e à retidão” (Oliveira; Viana, 2019, p. 399). Desse modo, a leitura de textos filosóficos, seguida de meditação sobre os assuntos estudados, foi considerada um meio para a aquisição dos conhecimentos espirituais que levariam o homem para mais perto de seu Criador. Assim, em *Didascálicon*, seu autor apresentou a sequência adequada do estudo/leitura que auxiliaria o estudante nas suas decisões, pois, ciente de quais eram as atitudes virtuosas, e do bem que elas poderiam causar, eles poderiam decidir por elas — se assim o desejassem.

(2012), por sua vez, entendeu a memória como capacidade sensitiva e considerou a reminiscência como algo designado em especial ao ser humano, o que, portanto, o torna inteligente, ou seja, “[...] estes [os que têm memórias] são mais inteligentes e mais aptos para aprender do que os que são incapazes de recordar” (Aristóteles, 2012, p. 11)⁷. Ora, se homens e mulheres são capazes de gerar (por meio das sensações) memórias e consultá-las usando a reminiscência, logo sua capacidade intelectual pode conduzi-los a um grau elevado de maturidade. Isso

⁷ Aristóteles, *Metafísica*, L. I, C. I, § 1.



porque a memória individual pode dar condições para o sujeito gerar em si (e passar adiante) as memórias de sua comunidade. Além disso, somado a esses atributos, o intelecto pode ser utilizado como instrumento de transformação pessoal e coletiva. Dessa forma, dissertamos sobre a relevância de ambas (leitura e memória) para o preparo docente.

O docente, conforme refletimos, ao longo de sua formação e atuação, necessita de conhecimentos teóricos específicos à sua carreira. Além disso, deve atentar-se aos outros saberes adquiridos ao longo de sua trajetória laboral — os saberes práticos. Ambos, para se fundamentarem no uso da memória e da recordação, exigem estudo e reflexão, conseqüentemente, espera-se que as ações educativas sejam mais coerentes e dirijam os aprendizes na construção de uma elevação intelectual. Além disso, conduz o sujeito a caminhos sensatos, como, por exemplo, escolher agir para o bem comum e refutar instruções que desvirtuem sua profissão e, principalmente, seu papel de cidadão.

Para atuar na Educação Básica do Brasil exige-se a formação de nível superior, conforme apresenta a diretriz legal em seu Artigo 62, ou seja,

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Brasil, 1996, Art. 62, p. 32).

Com exceção da Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental, a atual LDB exige que os professores, obrigatoriamente, passem pela formação de nível superior recomendada. Formação que a mesma legislação explica ter, dentre as suas finalidades, a de “[...] estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo [...]” (Brasil, 1996, Art. 43, Inciso I, p. 24).

Nesse sentido, consideramos impensável a discussão sobre a formação docente brasileira sem uma reflexão sobre o comportamento humano ao longo da História. Isso afirmamos, pois concordamos que “[...] essa solidariedade das épocas tem tanta força que entre elas os vínculos de inteligibilidade são verdadeiramente de duplo sentido” (Bloch, 2002, p. 64). Os tempos e os cenários mudam, mas as atitudes



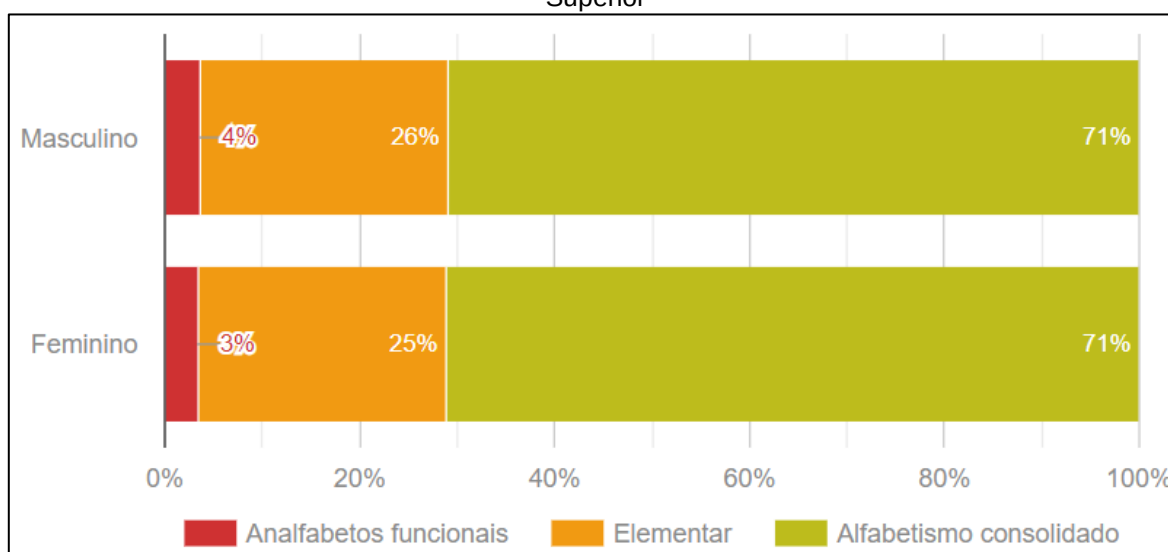
do homem ligam o passado ao presente, e vice-versa, mediante decisões virtuosas ou não. O tempo presente é quando temos a possibilidade de decidirmos o futuro. No amanhã, dificilmente reaveremos os erros que cometemos hoje. Planejamento e reflexão são, portanto, essenciais para a prática educativa do tempo presente.

Oliveira e Mendes (2011) colaboram com nosso pensamento ao explicarem que

Compreender-se como ser histórico e reconhecer esse fato é o primeiro passo para se tornar um agente reflexivo. Desse modo é que se dispõe de instrumentos que permitem viver a história de maneira consciente, e não para ser simplesmente conduzido por ela (Mendes; Oliveira, 2011, p. 32).

Arelada às necessidades da sociedade em que se encontra, a educação busca formar o ser humano ideal para seu período. Cabe a nós, professores, conforme o que estiver ao nosso alcance, tornarmos acessível aos nossos alunos a formação que os permitirá se tornarem agentes reflexivos. Todavia, para fornecer esse arcabouço, é necessário que o tenhamos. Nesse sentido, um dado estatístico pode colaborar com essa reflexão. Retomemos os dados contidos na última edição do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), destacando, por ora, o índice de alfabetização dos brasileiros, participantes da pesquisa, que estavam (ou tinham concluído) no ensino superior.

Gráfico 1 – Índice de alfabetismo brasileiro por sexo, categoria *escolaridade*, segmento Ensino Superior



Fonte: Instituto Paulo Montenegro, 2018. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/perfil-demografico-e-regional/>. Último acesso em 02 mar. 2025.



O texto da LDB lista, dentre as finalidades do Nível Superior: o estímulo do pensamento reflexivo, o incentivo à investigação e divulgação de conhecimentos científicos, e a atuação no aprimoramento da Educação Básica (Brasil, 1996, Art. 43, p. 24). Todavia, observa-se que apenas 71% dos participantes do INAF com/no Ensino Superior alcançaram o nível de alfabetização classificado como Alfabetismo Consolidado.

Um estudante com sua alfabetização consolidada seria, ao nosso ver, o mínimo esperado para que ele consiga cumprir com êxito as finalidades do Ensino Superior, listadas no artigo 43º da LDB. Outros dados também nos preocuparam: 4% de homens e 3% de mulheres, no nível de ensino mais elevado da Educação Brasileira, ainda estão classificados como Analfabetos Funcionais, como apontou o Gráfico 1. Considerando que a pesquisa foi realizada em 2018, os avaliados teriam, nessa época, pelo menos 11 anos de estudo na Educação Básica.

Esses 11 anos de estudos estimados, observando as informações contidas no Gráfico 1, parecem não ter sido suficientes para que a marca de 30% de homens e a de 28% de mulheres participantes da amostragem ultrapassassem o nível de Alfabetismo Elementar e tivessem sua alfabetização consolidada. Os organizadores do INAF explicam que, para o sujeito ser classificado como alfabetizado em nível elementar:

Seleciona uma ou mais unidades de informação, observando certas condições, em textos diversos de extensão média realizando pequenas inferências. Resolve problemas envolvendo operações básicas com números da ordem do milhar, que exigem certo grau de planejamento e controle (total de uma compra, troco, valor de prestações sem juros). Compara ou relaciona informações numéricas ou textuais expressas em gráficos ou tabelas simples, envolvendo situações de contexto cotidiano doméstico ou social. Reconhece significado de representação gráfica de direção e/ou sentido de uma grandeza (valores negativos, valores anteriores ou abaixo daquele tomado como referência) (Instituto Paulo Montenegro, 2018, p. 22).

Inquieta-nos, nesses resultados, o percentual de estudantes que adentraram os espaços universitários conseguindo interpretar apenas gráficos e tabelas simples, textos de tamanho médio e realizar o que foi chamado de pequenas inferências. Por consequência, refletimos sobre a data em que *Didascálicon de Studio Legendi* (2001 [1127]) foi escrito e sobre o fato de que, nessa obra, o autor apontou a inferência como



característica da inteligência humana, além de ter ressaltado a utilidade da leitura para o desenvolvimento intelectual. Mais de 800 anos após as considerações registradas na referida obra, ainda observamos uma parcela considerável de estudantes contemporâneos que demonstram não saber utilizar a leitura como meio de desenvolver suas habilidades intelectivas.

Para o século XII, eram necessários homens que soubessem viver nos ambientes urbanos que surgiam. O nível de leitura do estudante idealizado por São Vítor era elevado, ou seja, ele precisava ler e interpretar os conteúdos implícitos dos escritos, relacionando-os com a vida cotidiana do cristão, o que não se distancia da necessidade contemporânea de leitura. É urgente, desse modo, formarmos docentes que sejam realmente leitores e que consigam fundamentar suas decisões na memória e na História.

Respalhando-nos na afirmativa aristotélica de que, “[...] em geral, a possibilidade de ensinar é indício de saber” (Aristóteles, 2012, p. 12)⁸, entendemos que a instrução dos que exercem tal atividade deve ser discutida de modo franco. Acreditamos, assim, que a docência deva ser examinada como um instrumento de perpetuação da memória social, não apenas por aqueles que, de alguma forma, ensinam sobre a História, mas, sobretudo, por meio da atuação coerente do professor.

Consideramos que a capacidade intelectual do ser humano é conduzida por fatores internos e externos. No passado, São Vítor entendeu que, estudando a filosofia, o homem recuperaria a pureza e a verdade nos pensamentos (existentes em sua essência por ele ter sido feito à imagem e semelhança de Deus). Em seguida, seria possível externalizá-las, por meio da ética, nos seus atos. Esse exercício demandava, e demanda, do estudante, um nível elevado de concentração, que o leva a alcançar, assim, a habilidade de introspecção, conseqüentemente, de efetuar uma busca da sabedoria que ele possui.

Hugo de São Vítor acreditava que o princípio da mudança social se encontrava na aquisição de conhecimentos adquiridos por intermédio da leitura. Entendia, também, que esta só seria conquistada por meio do estudo organizado e dos

⁸ Aristóteles, *Metafísica*, L. I, C. I, § 1.



conteúdos adequados, sem o uso de atalhos. Por isso, sobre esse aprendizado, ele afirmou ao estudante

Dispondo-se a edificar, portanto 'primeiro ponha o fundamento da história, depois, por meio da significação simbólica, erga o edifício da mente como fortaleza da fé. Por fim, por meio da beleza da moralidade, pinte o edifício com uma belíssima mão de cor' (Hugo de São Vítor, 2001 [1127], p. 241)⁹.

Comparando a construção de um edifício à aquisição de conhecimentos, o autor apresentou seu método de leitura e explicou que os bons frutos só seriam gerados àquele que utilizasse o recurso da meditação. Entretanto, acima de tudo, considerou que a eficiência do estudo estaria na decisão de escolher os hábitos virtuosos, fugindo das injustiças e dos vícios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontramos na *leitura* a oportunidade de reduzirmos a incompreensão do passado (e do presente) que nos assola. Por vezes, parece-nos que desconhecemos as causas reais de nossas mazelas e que andamos em círculos. Todavia, a conservação da memória coletiva e individual, como Oliveira (2009) nos ensina, permite que nos entendamos como sujeitos nesse processo de construção social. Conforme essa autora, “[...] é a preservação desta memória que nos concede as identidades particular e coletiva, sejam elas dos homens medievais ou contemporâneos” (Oliveira, 2009, p. 684). Desse modo, cada grupo e cada período absorvem sua história de modo único, conforme as experiências de seu tempo.

No sentido exposto, as peculiaridades de cada período mostram-nos o comportamento humano sob determinadas circunstâncias, e estudando-as, percebemos que somos atores da história de nossa sociedade. Dessa forma, promovemos, conforme o que nos é possível, a conservação da memória coletiva e individual, que também se torna elemento dessa introspecção. Justamente por essa introspecção é que não podemos perder de vista que, “[...] quando retomamos o passado medieval, as questões que nos inquietam são as do presente, porque somos sujeitos de nosso tempo e são a nossa história e memória que pretendemos construir

⁹ Hugo de São Vítor, *Didascálicon...* L. VI, C. 3, § 8º.



e salvaguardar” (Oliveira, 2009, p. 687). Conscientes de nossa tendência, precisamos evitar transportar o presente para o passado ou vice-versa.

Em relação à leitura, o padrão sugerido em *Didascálicon*, no século XII, demandava esforço físico e mental, posto que exigia abnegação dos assuntos secundários ao estudo; dedicação à leitura, à pesquisa e à reflexão; ter acesso a bons materiais e, acima de tudo, organização. Tais elementos parecem-nos pertinentes ao preparo de docentes contemporâneos, visto que se apresenta como um caminho para formar o indivíduo com solidez na teoria.

Sabemos que, nos séculos XI e princípios do XII, a universidade estava em sua fase embrionária. Na sua obra clássica, Hugo de São Vítor apresenta que, mesmo não existindo espaços (como os de hoje) para o preparo dos que ensinavam, parte do perfil desse sujeito já havia sido traçado. As instruções de *Didascálicon* são, em grande parte, direcionadas aos estudantes, e a forma e a organização do livro demonstra, nitidamente, que seu autor não apenas se preocupava com a tarefa de ensinar, como a executou com maestria.

Chamamos, assim, atenção, ao final desta discussão, para a importância da universidade à formação docente contemporânea. Tal espaço carrega em si uma história de dependência urbana mútua desde meados do século XIII. Ela é uma das instituições surgidas no medievo que continuaram a fazer parte do cotidiano ocidental, de modo que sua importância social pode ser subentendida, sem muitas análises, apenas por sua idade. Entende-se, assim, que “[...] estas instituições se fazem presente no nosso universo intelectual e material e continuam como lugares de preservação, de criação do conhecimento, da ciência e da cultura, permanecendo como patrimônios históricos” (Oliveira, 2007, p. 120). Poucos lugares carregam em si essa histórica capacidade instrumental de formar como a universidade.

Espera-se, portanto, que, nas universidades, as discussões sobre assuntos científicos sejam substanciais e mediadas por mestres e doutores que nelas atuam; também, que, por consequência do acesso a tantos materiais de estudos relevantes e em um ambiente propício, os acadêmicos adquiram, nas universidades, o hábito de pesquisar, de ler e de refletir continuamente e cada vez mais, e se revigorem no conhecimento. Diante dessas e de outras razões, a história nos mostra a importância social da universidade, isso porque ela imprime “[...] o caráter de universalidade ao



saber e ao agir dos homens” (Oliveira, 2007, p. 113). Como as comunidades medievais foram influenciadas pelos sujeitos que fizeram e viveram a universidade em seu apogeu, a modernidade conquistou seu desenvolvimento em muitos aspectos devido aos estudos e às discussões advindas delas, o que nos coloca a paradoxal tarefa de resgatar a importância desses espaços para a constituição de formadores.

Defendemos, neste estudo, a universidade como instrumento inerente à melhoria da formação docente. Entretanto, somos conscientes de que ela sozinha não pode dar conta da responsabilidade social designada à educação contemporânea, tampouco serão os espaços escolares que, por si só, melhorarão a convivência humana. Compreendemos, assim, que ambas as instituições, bem como os profissionais que nelas atuam, devem seguir com sua função social original, qual seja, disseminar conhecimento. É nesses espaços que, entendemos, a leitura deve ser incentivada como meio de divulgar a História. Nesse sentido, dedicamo-nos a seguir a perspectiva da formação docente com vistas à viabilidade de projetos alternativos de condução da formação humana, pautados na conscientização histórica e intelectual dos profissionais da educação.

A Educação Básica inicia-se, obrigatoriamente, aos quatro anos de idade, na Educação Infantil. Sua última etapa, o Ensino Médio, tem a duração mínima de três anos, a depender da modalidade de ensino escolhida pelo acadêmico (Técnica ou Regular), ou seja, 18 anos seria a faixa etária média de finalização dos estudos da Educação Básica. No total, são 14 anos de ensino escolar institucionalizado, nos quais crianças e adolescentes passam boa parte de seus dias em contato com profissionais que, em tese, são formados para ensiná-los a ler, a escrever e a interpretar as informações sobre conteúdos de diversos componentes curriculares.

No entanto, consideramos que, como consequência de nossa formação, muitas vezes fragmentada, temos oferecido pouco aos nossos alunos — assim como pouco nos foi proporcionado. Os dados contidos no gráfico do INAF são um alerta para nós, pesquisadores da Educação, e não podem ser relativizados. A chegada de alunos com nível de analfabetismo funcional aos espaços universitários é responsabilidade de todos que organizam a educação: governos, Sistemas de Ensino, Secretarias e Conselhos de Educação, equipe gestora das Instituições de Ensino, professores e, inclusive, as próprias famílias.



Entrevemos, nesse conjunto, que formar o sujeito que entenda as regras de convivência em sociedades urbanas continue a pauta dos projetos de ensino, entretanto, é necessária atenção especial no fortalecimento da formação histórica dos professores por meio da leitura. São Vítor apresentou seu método na obra *Didascálicon de Studio Legendi* (2001 [1127]), e, ao fazê-lo, ensinou-nos, sobretudo, a importância de conhecer, defender e praticar um método que valorize nossas capacidades intelectivas e nos aproxime da sabedoria. Para ele, isso seria possível ao discípulo e ao mestre que procuram humanizar-se.

Também nos ensinou que podemos aprender e ensinar com maestria, sim, apesar da escassez de bens materiais, da dificuldade de compreensão em relação a determinados conteúdos. Tal qual Hugo de São Vitor no que tange ao alcance dos propósitos de seus escritos, o docente deve dedicar-se e primar pelo ensinar e aprender da melhor forma possível, pois tal tarefa é responsabilidade daquele que a toma para si e não de terceiros.

CAROLINA PEIXOTO GONTIJO DE OLIVEIRA BONETTI

Doutorado em Educação na Universidade Estadual de Maringá – UEM. Pedagoga na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR *campus* Paranavaí.

CONCEIÇÃO SOLANGE BUTION PERIN

Doutorado em Educação, professora efetiva do Departamento de Teoria e Prática da Universidade de Maringá – UEM e do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPE. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Ensino na Medievalidade, Modernidade e Contemporaneidade – GPEMC.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Del sentido y lo sensible, de la memoria y el recuerdo*. Madrid: Aguilar, 1966.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Edipro, 2012.

BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2002.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF: p. 28060, 23 dez. 1996.



BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FAINTANIN, P.; VEIGA, B. Comentário sobre “A memória e a reminiscência de Aristóteles”. In: SÃO TOMÁS DE AQUINO. *A memória e a reminiscência de Aristóteles*. São Paulo, SP: Edipro, 2016.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

HAMMES, Erico João. Orientações e normas para trabalhos científicos conforme a ABNT. In: Fabrício Dreyer de Ávila Pozzebon; Lívia Haygert Pithan. (Org.). *Trabalho de Conclusão no curso de Direito*. 1ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019, p. 189-232

HUGO DE SÃO VÍTOR. *Didascálicon*. Da arte de ler. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001 [1127].

ILLICH, I. *En el viñedo del texto: etología de la lectura - un comentario al Didascálicon* de Hugo de San Víctor. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. *INAF Brasil 2018: indicador de alfabetismo funcional - principais resultados*. São Paulo: Ação Educativa, 2018. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relato-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

OLIVEIRA, T. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. *Varia História*, Belo Horizonte, MG, v. 23, n. 37, p. 113-129, jun. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752007000100007>. Acesso em: 02 mar. 2025.

OLIVEIRA, T. Memória e História da Educação Medieval: uma análise da *Autentica Habita* e do Estatuto de Sorbonne. *Avaliação*, Campinas, Sorocaba, SP, v. 14, n. 3, p. 683-698, nov. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a09v14n3.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2025.

OLIVEIRA, T.; MENDES, C. M. M. A análise dos clássicos em/da História. In: ANDRADE, S. R.; ROLIM, R. C. (Orgs.). *Introdução à Pesquisa Histórica*. 1. ed. Maringá, PR: Ed. UEM, 2011, v. 1, p. 29-38.

OLIVEIRA, T. *Ensino e debate na Universidade Parisiense do Século XIII: Tomás de Aquino e Boaventura de Bagnoregio*. Maringá, PR: Eduem, 2012.



OLIVEIRA, T.; VIANA, A. P. dos S. Um estudo sobre intelecto, livre arbítrio e virtudes no campo da História da Educação Medieval. *História & Ensino*, Londrina, v. 25, n. 1, p. 391-408, jan./jun. 2019. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/336178963_Um_estudo_sobre_intelecto_livre_arbitrio_e_virtudes_no_campo_da_Historia_da_Educacao_Medieval. Último acesso em: 01 mar. 2025.

MARCHIONNI, A. Introdução. In: HUGO DE SÃO VÍTOR, *Didascálicon*. Da arte de ler. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001 [1127].

PARO, V. H. Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. In: DOURADO, L. F.; PARO, V. H. *Políticas públicas & educação básica*. São Paulo: Xamã, 2001.

PERIN, C. S. B.; SANTIAGO, V. P. Hugo de Saint-Victor: considerações de um clássico sobre questões educacionais. *Imagens da Educação*, Maringá, PR, v. 6, n. 3, p. 107-116, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v6i3.29451>. Acesso em: 02 mar. 2025.

QUADROS, E. A questão da memória em Aristóteles e Agostinho: uma leitura a partir de Paul Ricoeur. *Scintilla*, Curitiba, PR, v. 13, n. 2, jul./dez. 2016.

SÃO TOMÁS DE AQUINO. *A memória e a reminiscência de Aristóteles*. Comentários de FAINTANIN, P; VEIGA, B. São Paulo, SP: Edipro, 2016.

Recebido em 23 de junho de 2024

Aceito em 05 de fevereiro de 2025